

JORNAL DO

Sintufrj

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO



A força do (seu) voto

Você vai decidir nos dias 31 de maio e 1º e 2 de junho quem vai dirigir o SINTUFRJ nos próximos dois anos. No Caderno Especial de Eleições publicamos a relação dos locais de votação e as propostas das três chapas concor-

Página 12

BARBÁRIE EM SÃO PAULO

A RESPONSABILIDADE DOS RICOS NO GENOCÍDIO PAULISTA

Foto: Niko Júnior



28,86% e 3,17%

A diretoria do SINTUF RJ, representada pelas diretoras Neuza Luzia e Soraya Rodrigues, recebeu no fim da semana passada do pró-reitor de Pessoal, Luiz Afonso Henrique Mariz, o demonstrativo dos cálculos dos passivos das ações judiciais dos 28,86% e dos 3,17%. Trata-se de um passo importante para o

pagamento dos respectivos passivos. Esses demonstrativos, agora, serão apresentados aos juízes para que a AGU, através da Procuradoria Geral, os examine.

Ainda não temos previsão sobre o desdobramento do processo, uma vez que dependerá do Judiciário e da Procuradoria.

Luta dos NES avança

A luta do SINTUF RJ em garantir a equidade de tratamento para toda a categoria na Universidade avança em relação aos NES – trabalhadores de natureza especial. Na reunião de terça-feira, 16, do Sindicato e esses companheiros com a Reitoria, o pró-reitor de Pessoal, Luís Afonso, informou que embora tenha sido suspensa a reunião dia 10 com o secretário-executivo do Ministério da Educação, Paulo Henrique Paim, seu assessor veio à UFRJ prestar contas das negociações em curso, em Brasília.

De acordo com Luís Afonso, uma série de providências está sendo tomada no Ministério do Planejam-

to, Orçamento e Gestão e na Secretaria de Recursos Humanos do MEC, para resolver o problema dos NES. O superintendente de Pessoal, Roberto Gambine, falou que cada um dos trabalhadores está recebendo um envelope contendo um ofício individual com informações sobre as ações da Pró-Reitoria e orientações a respeito da documentação que devem apresentar aos departamentos de pessoal das suas unidades.

A próxima reunião dos NES e o Sindicato com a Reitoria será no dia 6 de junho, às 13h, na sala de reuniões do Conselho Universitário.

Jornal da UFRJ ganha prêmio

O *Jornal da UFRJ* foi o terceiro colocado na premiação Destaque de Jornalismo das Instituições Federais de Ensino Superior 2005. O troféu foi entregue ao editor do jornal, Fortunato Mauro, pelo presidente da Andifes, reitor Oswaldo Baptista Duarte Filho, durante a 58ª Reunião Ordinária do Conselho Pleno da Andifes, em Brasília, na quarta-feira, 17.

“O objetivo do Destaque é valorizar e estimular a produção jornalística na área de Educação”, destacou o presidente da Andifes durante a solenidade de premiação. O *UNB Notícia* recebeu o primeiro prêmio, e o segundo, foi para o *Jornal da UFRN*.

COLUNA JURÍDICA

Para socializar a informação

André Viz*

A partir desta edição do *Jornal do SINTUF RJ* estaremos ocupando quinzenalmente um espaço neste importante veículo de comunicação com os milhares de servidores, aposentados e pensionistas da UFRJ. O nosso principal objetivo será apresentar a nossa informação e opinião sobre os principais acontecimentos referentes a assuntos jurídicos e demandas judiciais. Aqui passaremos a ampliar o nosso acesso à clientela das ações judiciais, que deixará de ser limitado ao grupo que comparece às assembleias, e também a eliminar as freqüentes boatarias que circulam na famosa “rádio corredor” na UFRJ.

Temos grande interesse em criar mecanismos para interagirmos com a categoria, e a nossa pretensão será divulgar nas próximas edições um e-mail e Caixa Postal para que o nosso público-alvo também possa se manifestar e sugerir temas que possamos estar aqui cuidando. No momento o tema mais palpitante se refere seguramente às medidas que vêm sendo adotadas para encaminhar o pagamento dos passivos das ações judiciais dos 28,86% e dos 3,17%.

Conforme nos manifestamos em assembleia e informamos em recente edição do jornal, estamos tomando todas as providências relativamente à apuração dos valores devidos para o seu encaminhamento ao Judiciário. Na última semana demos um grande passo neste sentido, pois a UFRJ disponibilizou o demonstrativo dos cálculos das ações citadas (28,86% e 3,17%) e ao longo desta semana estarão sendo apresentados aos Juízes para que a Advocacia Geral da União (AGU), através da Procuradoria Regional Federal, possa examiná-los.

O nosso intuito é obter o apoio do Judiciário e da Procuradoria para conferência das contas, com o prazo suficiente para permitir a expedição de precatórios até o dia 1º de julho, para aqueles que têm valores acima de 60 salários mínimos a receber, viabilizando que tais pagamentos se façam até o final do ano de 2007. A partir de então seriam expedidas todas as Requisições de Pequeno Valor para aqueles que têm passivo de até 60 salários mínimos (R\$ 21.000,00), cuja previsão de pagamento é estimada em até 60 dias após seu encaminhamento ao Tribunal.

Todo o cenário que estamos traçando dependerá de dois aspectos fundamentais. O primeiro deles diz respeito à boa aceitação pelo Judiciário da execução coletiva movida a partir de cálculos da própria parte Ré nos processos, no caso a UFRJ e a atuação isenta e técnica da Advocacia Geral da União, ação nos moldes da lei e da ética, possam conduzir a um trabalho de aferição das contas, sem a oposição de recursos protelatórios decorrente da mera intenção de impedir ou prorrogar o pagamento dos valores devidos aos servidores. O trabalho por nós desenvolvido foi sensivelmente prejudicado pelo excessivo número de feriados que ocorreram recentemente, e ainda enfrentamos um calendário no próximo mês de junho, no qual teremos feriado no meio de semana e jogos da copa do mundo, tudo conspirando desfavoravelmente. Porém, acreditamos firmemente na possibilidade de sua realização e não desistiremos de nossa meta, cientes de que sempre poderemos contar com o apoio da categoria interessada em reverter este quadro de consciência coletiva de ceticismo diante da morosidade do Judiciário.

* Assessor Jurídico do SINTUF RJ

Fasubra marca Dia Nacional de Luta

Este ano só sai segunda etapa, segundo representantes do governo em reunião com a Federação

Plenária Nacional da Fasubra realizada nos dias 11 e 12 de maio decidiu marcar para 30 de maio um Dia Nacional de Luta com atos nas reitorias das universidades em defesa da carreira. A reunião também reafirmou o eixo da campanha: a) solução do VBC, b) recursos para o Orçamento 2007 para evolução da tabela salarial e c) recursos para racionalização.

A reunião da Fasubra, com o MEC, dia 15, foi com o novo secretário-executivo-adjunto, André Lázaro, não representou avanços. A Fasubra propõe uma reestruturação da tabela que, segundo os pa-

râmetros deliberados em plenária da categoria, prevê um piso de três salários mínimos para a classe A, 10 salários mínimos para a classe E, e evolução do estepe para 5% - o que repercutiria nas classes B, C e D. Isso contornaria o problema do VBC.

No entanto, o MEC informou que os valores para 2006 estavam encerrados e destinados apenas à segunda etapa do enquadramento. O MEC disse ainda que não há autorização para negociação para 2007 e que os resultados dos grupos de trabalho devem ser encaminhados para o próximo governo.

“A questão da capacitação será retroativa a janeiro e o incentivo à qualificação será implantado em julho, mas não sabemos quando sai”, explicou um dos coordenadores-gerais da Fasubra, Luiz Antônio, que participou da reunião. Segundo ele, para as demais reivindicações, como racionalização, VBC, reestruturação da tabela, não há nenhum compromisso do governo.

Em nova reunião, dia 24, serão apresentados os relatórios dos grupos sobre estruturação e benefícios.

Lei beneficia trabalhadores da educação básica

Medida corrige injustiça contra milhares de pessoas

Foi sancionada pelo presidente Lula a Lei nº 11.301, de autoria da deputada petista de Goiás, Neyde Aparecida, que altera o parágrafo 2º da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da Educação e amplia o conceito de “funções de magistério” para os casos de aposentadoria especial, além do exercício da docência. A medida contempla os profissionais em cargo de direção de unidade escolar, coordenação e assessoramento pedagógico. A informação foi divulgada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE).

Para a presidente da entidade, Juçara Dutra Vieira, a medida do governo, já publicada no *Diário Oficial*, “corrige uma injustiça praticada com milhares de trabalhadores da educação, que só detinham o reconhecimento profissional durante a vida laboral, mas que ao se aposentar eram submetidos às mesmas regras dos demais trabalhadores não docentes”.

TEXTO DA LEI – A nova lei incorpora a seguinte redação ao parágrafo 2º do artigo 67 da LDB: “...para os efeitos do disposto no parágrafo 5º do artigo 40 e no parágrafo 8º do artigo 201 da Constituição Federal, são consideradas funções de magistério as exercidas por professores e especialistas em educação no desempenho de atividades educativas, quando exercidas em estabelecimentos de educação básica em seus diversos níveis e modalidades, incluídas, além do exercício da docência, as de direção de unidade escolar e as de coordenação e assessoramento”.

Vitória da categoria

Técnicos-administrativos brigam pela paridade no CCJE e vencem

Diante da decisão da Comissão Eleitoral do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE) usar a proporcionalidade como sistema de escolha eleitoral, os técnicos-administrativos organizaram um abaixo-assinado para lutar pela democratização da eleição. O SINTUFRJ encaminhou e orientou a categoria para que começasse a discutir sobre a importância do voto paritário. A mobilização, que teve a adesão dos estudantes, enviou o documento assinado para o presidente da Comissão Eleitoral, Donaldo Dias.

Em reunião, no dia 12, a Comissão Eleitoral aprovou a mudança nas Normas de Consulta à comunidade e instituiu a paridade. Esse fato fez com que a eleição fosse adiada para os dias 5, 6 e 7 de junho. As inscrições de chapas, que deveriam ser finalizadas no dia 9, foram prorrogadas até o dia

19. “Essa vitória garantiu o peso do voto das categorias dos servidores técnico-administrativos e discentes da UFRJ. Isso resultou na democracia do voto na eleição do CCJE”, diz Ângela Frazão Gonçalves, assistente administrativa do CCJE.

A eleição do CCJE é para a escolha do decano e de representantes do Conselho Universitário (Consuni), Conselho de Ensino para Graduados (CEPG), Conselho de Ensino de Graduação (CEG) e Conselho de Centro do CCJE. A consulta será realizada nas cinco unidades que compõem o CCJE: Faculdade de Administração e Ciências Contábeis (FACC), Instituto de Economia (IE), Faculdade Nacional de Direito (FND), Instituto de Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) e Instituto de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (COPPEAD).

Vestibular 2007 já tem data

O vestibular de acesso aos cursos de graduação da UFRJ já tem data: dias 12 e 26 de novembro. Com alguns ajustes nas questões das provas não-específicas, tornando-as mais enxutas, e revisão de conteúdo de algumas dessas provas, como de Matemática, Química, Biologia, Física, História e Geografia, que se mostraram mais difíceis este ano para a maioria dos candidatos em relação ao ano anterior, as novidades implantadas no Vestibular de 2006 vão valer para o próximo concurso. Ou seja: as inscrições de candidatos serão feitas exclusivamente via internet e a aplicação das provas, em dois dias ao invés de três, como era até 2005.

Esta decisão contou com o apoio do Conselho de Ensino de Graduação (CEG), que na quarta-feira, 17, aprovou o minucioso balanço, de 51 páginas, sobre o Vestibular 2006, apresentado pela Coordenação do Concurso de Acesso aos Cursos de Graduação da UFRJ, preparado pelo coordenador acadêmico do concurso, Luiz Otávio Lenglois, e pela coordenadora administrativa, Mônica Conde. “O concurso ganhou agilidade, segurança e eficiência, o número de inscri-

tos aumentou e a seleção foi feita, como sempre, com base em critérios acadêmicos claros e eficazes”, diz o relatório.

AVALIAÇÕES – “No geral as mudanças foram consideradas por todos como positivas, e o que é preciso ser ajustado é a calibragem do grau de dificuldades das questões das provas não-específicas, para torná-las menos longas”, informou o presidente da Comissão do Vestibular no CEG, professor Marcelo Corrêa e Castro. Ele acrescentou que o grau de dificuldade dos candidatos no primeiro dia de provas (não-específicas) foi detectado principalmente em relação às áreas das ciências, mas também atingiu história e geografia

Tirando essa parte facilmente corrigível, segundo Marcelo, as novas medidas

adotadas fizeram com que aumentasse o número de candidatos ao vestibular da UFRJ. As inscrições *on line* foram sucesso porque não houve erros de informações, possibilitando que o banco de dados dos novos alunos da UFRJ fosse montado de imediato.

A superintendente de Graduação e coordenadora-geral do Vestibular, Déia Maria Ferreira, informou que o modelo adotado para o concurso de acesso à UFRJ já obedece à lógica da simplificação das provas não-específicas. “O relatório da Comissão do Vestibular foi aprovado pelo CEG com indicativo de ajustes para aperfeiçoar ainda mais o processo. Pois este, como qualquer outro processo acadêmico, tem que estar em constante avaliação.” Segundo Déia, a sim-

plificação das questões das provas não-específicas vai ocorrer, mas mantendo a qualidade da prova, ou seja, diferenciando quanto ao grau entre os candidatos.

COMISSÃO – O relatório levado ao CEG admite que o concurso este ano não conseguiu atender inteiramente ao controle do tempo necessário para que o candidato médio respondesse às provas do primeiro dia. “Para começar, a prova de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira ficou um pouco mais difícil do que de hábito e propôs apenas questões cujas respostas demandavam muita reflexão. Nos concursos anteriores havia sempre questões do tipo “retire do texto...”, em 2006 todas as questões exigiam análises”.

Já as provas específicas, aplicadas no segundo dia, fo-

ram avaliadas como adequadas. Embora o relatório assinale que as médias dessas provas em relação a 2005, de um modo geral, caíram muito, como Física, História foi a exceção. A comissão apresentou duas explicações para esses resultados: livres da ameaça da eliminação por zero, as bancas não precisaram preparar questões muito fáceis; e que não conseguiram preparar uma prova específica adequada ao conjunto dos candidatos, o que não ocorrerá em 2007.

Para a Comissão do Vestibular, de acordo com o relatório, no conjunto, as provas tinham o padrão UFRJ: “inteligentes, que cobram conteúdo e, ao mesmo tempo, raciocínio, capacidade de articulação entre conceito e expressão”. E que o novo modelo permitiu uma significativa melhora no processo de correção das provas, gerando um resultado final bastante confiável. O número de candidatos inscritos para o último vestibular da Universidade foi de 50.437, cerca de 12% a mais do que em 2005.

Concurso em dois dias e inscrições pela internet serão mantidos, segundo os organizadores da prova na UFRJ



ESTUDANTES NA UFRJ. Eles disputaram um dos vestibulares mais concorridos do país

Isenção em junho

O CEG também aprovou o edital de isenção da taxa de inscrição ao concurso, cujo prazo para solicitação do benefício começa no dia 19 de junho e termina em 14 de julho. A publicação do edital no *Diário Oficial* deverá ocorrer nesta segunda-feira, 22, e somente após esta publicação a comissão organizadora do vestibular divulgará todas as informações a respeito, as quais o Jornal do SINTUFRJ publicará na próxima edição. No último concurso, 10.646 solicitaram isenção. A UFRJ atendeu a 10.049 pedidos. A taxa cobrada foi de R\$ 85. O valor da taxa para o próximo vestibular ainda não foi definido.

No caminho da recuperação da Faculdade Nacional de Direito (FND), uma injustiça cometida há 13 anos acaba de ser reparada: a juíza Salete Maccalóz finalmente ingressou na instituição como professora-assistente. Macalóz se sentiu prejudicada no concurso do qual participou em 1993. Um mandado de segurança que ela obteve na Justiça obrigando a realização de um novo concurso nunca foi cumprido pelo então diretor, Armênio Albino. Com o afastamento de Armênio e o processo de recuperação da normalidade institucional da faculdade, uma nova prova foi realizada no dia 26 de abril, e Maccalóz finalmente teve oportunidade de se credenciar como professora da FND.

De instituição de prestígio internacional, a FND foi empurrada para o obscurantismo por Armênio e sua turma. Uma jornada em que o SINTUFRJ teve papel decisivo – pressionando a Reitoria e atuando nos órgãos colegiados –, que culminou com a criação de comissões acadêmicas e administrativas, acabou resultando no afastamento do diretor e eleição de Juliana Magalhães no final de setembro do ano passado. A solução para o episódio envolvendo a juíza Macalóz ocorre dentro deste novo cenário, numa espécie de retomada da trajetória da FND que vai se fortalecendo com a incorporação de juristas de prestígio, como o advogado Nilo Batista, ex-governador do Estado do Rio de Janeiro.

Na prova de títulos do concurso de 1993, Maccalóz disse que não houve publi-

Enfim, Maccalóz na Faculdade de Direito

cação dos critérios de atribuição de valores aos títulos. No mandado de segurança, o juiz determinou a anulação da prova de títulos de 1993 e que esta fosse refeita em sessão

pública e com nova banca, como feito agora. Na nova avaliação dos títulos, realizada na semana passada, a nota de Salete Maccalóz foi 9.

QUEM É - Salete Macca-

lóz é juíza titular da 7ª Vara Cível Federal do Rio de Janeiro, professora da Uerj desde 1997 e, agora, da UFRJ. Ela é mestre em Ciências Jurídicas e Sociais pela PUC e au-



REPARAÇÃO. Depois de mais de uma década de disputa, Salete ingressa na FND

tora de livros como “Representação classista na Justiça do Trabalho”, de 1984, e “Poder Judiciário, os meios de comunicação e a opinião pública”, de 2002. Maccalóz disse reconhecer o papel histórico da FND. “E disso, o novo corpo docente, discente e de funcionários tem consciência.”

Na sua opinião, “não vai ser muito longa a recuperação integral da instituição, com o desafio que todo mundo se coloca de não só recuperar a Faculdade Nacional de Direito, mas de fazer com que ela exerça seu papel de importância nos debates políticos do país. Os profissionais que passaram pela FND estão dispostos a cerrar fileiras para devolver a essa instituição o seu papel histórico”, conclui a juíza e agora professora da FND.

A diretora da FND, Juliana Guimarães, disse que o ingresso de Maccalóz na FND representou um resgate histórico. “É momento importante em que a Faculdade pode afirmar que está numa nova etapa na qual os concursos são realizados com seriedade e lisura necessárias, inclusive resgatando débitos passados”, disse, relacionando muitos problemas de condução acadêmica que em seis meses de gestão tem procurado sanar. Por isso o concurso de Salete é simbólico, assim como o ingresso do advogado Nilo Batista, conta a diretora, destacando sua personalidade emblemática no Direito brasileiro. “Isso traz uma visibilidade para a Faculdade e projeção no campo das ciências penais que queremos trazer para cá”, diz.

Vestibular da Uerj suspenso

O Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (Csepe) da Uerj, reunido na terça, dia 16, decidiu suspender todas atividades referentes ao Vestibular Estadual unificado. O pedido foi encaminhado ao Conselho pela bancada estudantil, com base em propostas aprovadas por docentes e técnicos-

administrativos da Uerj em suas assembleias. O Conselho aprovou a suspensão por 18 votos a favor e nenhum contra, com 5 abstenções. O cancelamento do vestibular é resultado da luta que vem sendo travada entre trabalhadores e estudantes da universidade com o nefasto governo Rosinha Garotinho e sua tur-

ma. A greve na Uerj já dura 45 dias. A universidade está sucateada e funcionários e professores lutam por melhorias salariais e condições de trabalho.

HÁ DOIS ANOS, PM PARA GARANTIR O VESTIBULAR - Em agosto de 2004, quando os servidores técnico-administrativos estavam em greve

pelos mesmos motivos de hoje, o Conselho e o Vestibular foram objeto de notícias bem diferentes das de agora. Na época, a reitoria convocou o Conselho para referendar sua decisão de solicitar à justiça “auxílio da força policial” contra os servidores para garantir a realização do Vestibular. O sindicato dos funcionários

considera um avanço a decisão do Csepe, mas os servidores não esquecerão daquele episódio de violência contra o movimento. “Quem sabe se, naquele momento, todos tivessem se unido para defender a universidade, o Governo não teria nos imposto o nível de degradação a que chegamos.

SINTUFRJ ganha vice-campeonato

A equipe de futebol infantil masculino do SINTUFRJ, representando a comunidade do Pedacinho do Céu, da Penha, sagrou-se vice-campeã (no sábado, 13 de maio) do Campeonato de Comunidades Carentes patrocinado pela Confederação Brasileira de Futebol (CBF). A decisão da competição foi no campo da Portuguesa da Ilha – que depois de reformado virou Arena Petrobrás – quando a equipe treinada por Carla Nascimento, depois de uma campanha surpreendente, acabou sendo derrotada na final pelo Água Branca, equipe representante de Bangú. “Consideramos nossa campanha vitoriosa pelo conjunto da campanha do Pedacinho durante o campeonato”, disse Carla. O time principal do Pedacinho do Céu foi formado por Iago, Goiaba, Preguinho, Jerônimo, Tiago, Hudson, Gilberto, Bruno, Walex e Rodrigo. Carla teve como assistentes Danie-li, Ramon e Barba.



BRUNO, do Pedacinho do Céu, recebeu o troféu de seu Edevair, pai de Romário

TV ESPANHOLA FILMA - A TV Plus, de Madrid, enviou uma equipe ao Brasil para produzir reportagem com os familiares de Ronaldinho Gaúcho, seus amigos de infância e seu primeiro time. Depois da estada em Porto Alegre, os jornalistas vieram ao Rio para produzir matéria sobre o futebol em áreas carentes. A grande estrela dessa segunda parte da reportagem foi a equipe de Pedacinho do Céu. O desempenho da equipe na final do campeonato da CBF foi registrado pelas câmeras da TV Plus cujo o repórter Gabriel Ruiz Tejedor, visitou a comunidade e entrevistou a comissão técnica.

Biblioteca é reinaugurada

Depois de quatro meses em reforma a biblioteca do Instituto de Química (IQ) foi reinaugurada. O projeto da nova biblioteca foi desenvolvido pela diretoria do Instituto juntamente com bibliotecários e técnico-administrativos. De acordo com os funcionários da biblioteca a antiga instalação era escura e provocava pequenos acidentes por causa do assoalho que estava solto.

Com o apoio da Fundação Universitária José Bonifácio (FUJB) e do Sistema de Bibliotecas e Informação (SIBI) da UFRJ a biblioteca foi reestruturada e informatizada, os livros foram reformados e o local de trabalho dignificado. “Nunca houve

uma reforma aqui. Agora, com essas mudanças, dá mais satisfação sair de casa para vir trabalhar, porque temos um ambiente limpo e agradável”, diz Samuel Moura, que há 15 anos trabalha na biblioteca. O acervo da biblioteca é formado por 4.500 livros e 59 mil fascículos.

A biblioteca ganhou uma sala adicional para comportar a raríssima coleção Chemical Abstracts de 1907 até 2000. As últimas edições estão disponíveis online. A reforma foi festejada pela coordenadora da SIBI, Paula Mello e pelo conjunto de funcionários da biblioteca do Instituto de Química (foto) que agora vão trabalhar em outras condições.



Integração Acadêmica do CFCH

“Desafios às Ciências Humanas e Sociais” é o tema da I Semana de Integração Acadêmica do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH), que ocorre de 22 a 26 de maio, no campus da Praia Vermelha. O objetivo é a integração acadêmica nas áreas de ensino, pesquisa e extensão entre os discentes da graduação e da pós-graduação, docentes e técnicos da UFRJ com o corpo social de outras instituições de ensino superior da cidade, professores e alunos do ensino médio e básico e a sociedade carioca.

8º Festival de Capoeira

O Departamento de Lutas da Escola de Educação Física e Desportos da UFRJ, no diálogo entre a Universidade e a Cultura Popular, vai realizar o VIII Festival de Capoeira da UFRJ na quinta-feira, 1º de junho, a partir das 11h. O evento vai homenagear a Velha Guarda da Capoeira, herdeiros e continuadores desta tradição genuína de manifestação popular.

Odontologia escolhe diretor

As eleições estão previstas para os dias 5, 6 e 7 junho. Três chapas estão na disputa

As eleições para a composição da nova direção da Faculdade de Odontologia (FO) serão realizadas nos dias 5, 6 e 7 de junho. Na disputa há três chapas: “Novo tempo na Odontologia – sempre”, que propõe a reeleição do atual diretor Wladimir Cortezzi; “Começar de novo”, liderada por Elson Cormack, atual vice-diretor da unidade; e “Integração”, com a can-

didatura de Ednilson Porangaba Costa. Nesta edição os candidatos apresentam suas propostas de gestão na unidade. O Jornal do SINTUFRJ procurou ouvir, quanto aos projetos, os três candidatos envolvidos na disputa. Wladimir Cortezzi foi procurado durante duas semanas mas não encontrou tempo para atender a reportagem.

Elson Cormack

De acordo com Elson Cormack, que encabeça a chapa “Começar de novo”, uma das propostas principais do seu programa é a quebra do paradigma que se impõe historicamente na composição da direção da faculdade, que é a ocupação de apenas docentes na direção. Por isso, na coordenação de pós-graduação terá uma técnica-administrativa, Gelsomina Iazetti, conhecida como Jô. “Ela é uma profissional diferenciada, pois possui uma titulação que poucos docentes da faculdade têm, que é o doutorado e pós-doutorado em uma universidade americana”, afirma.

Se assumir a direção, a chapa “Começar de novo” propõe recriar um departa-

mento exclusivo de pesquisa, para ser um canal de fomento para a escola e de possibilidade de inserção de equipamentos básicos para a pesquisa. Em relação à infra-estrutura, pretende modernizar e informatizar a unidade para a criação de um prontuário único dos pacientes, que poderá ser integrado ao prontuário do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho, para se fazer uma triagem dos pacientes. A reforma curricular proposta pelo Pró-Saúde, programa do Ministério da Saúde para a mudança no currículo, será executada nos três anos de gestão,

para aproximar o aparelho formador do sistema prestador. Elson pretende formar uma assessoria de comunicação para a produção de um boletim periódico e pôr em funcionamento a *home page* da faculdade. Segundo Comarck, sua gestão incentivar a relação de trabalho e pesquisa com outras unidades.



Ednilson Porangaba

O professor-adjunto de cirurgia oral e candidato a diretor pela chapa “Integração” Ednilson Porangaba pretende, se for eleito, dar continuidade aos trabalhos da última gestão, por considerá-los positivos. Além disso, fará uma gestão transparente e participativa, levando em consideração os colegas e os conselhos departamentais, os quais deverão se reunir mensalmente para que possam ser levados à Congregação todas as demandas dos três segmentos de forma democrática.

Dentre as principais metas da chapa está a melhoria das condições físicas da escola. Pois, Porangaba considera que há necessidade de se melhorar



as condições de trabalho, por isso defende a climatização dos espaços. Para que haja manutenção constante dos suportes técnicos, a chapa propõe a informatização da unidade, alteração curricular e administrativa. O resgate dos espaços físicos para reativar trabalhos de pesquisas e clínicas também é uma das promessas de Porangaba.

Os cursos de extensão, mestrado e especialização serão fomentados para que seja disseminado o nível de excelência do corpo docente da faculdade. “Nossa chapa é constituída por docentes sérios com experiência na parte acadêmica e administrativa. Pessoas que vestem a camisa da escola. Por isso faremos um trabalho sério e participativo em prol dessa instituição que tanto respeitamos”, diz Porangaba.

TV digital: Especialistas criticam ministro

O Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ promoveu um debate sobre o novo modelo proposto para o sistema brasileiro de televisão, assunto que virou polêmica entre especialistas pela forma com a qual o ministro das Comunicações, Hélio Costa, vem conduzindo o assunto. Por pressão do ministro, acusado de representar os interesses da TV Globo, os governos do Brasil e do Japão já assinaram um memorando de entendimento, no qual são previstas as responsabilidades dos dois países no caso da implantação do sistema japonês. O sistema japonês é considerado mais prejudicial à democratização dos meios de comunicação do país.

Os palestrantes Gustavo Gindre, representante do Coletivo Brasil de Comunicação Social (Intervozes), a deputada federal Jandira Feghali (PCdoB-RJ) e o professor da Escola de Comunicação da UFRJ, André Parente, criticaram a atuação do ministro das Comunicações Hélio Costa e defenderam a interferência da sociedade no processo. Segundo eles, esse seria o caminho para a criação de um sistema que interesse o país e democratize as comunicações, hoje concentrada nas mãos de duas redes que detêm 75% da audiência (Globo e SBT) e de oito grupos que monopolizam os canais abertos de televisão.

A definição do processo de digitalização da transmissão e recepção dos sinais da TV pode dar ao Brasil um meio mais democrático, com a multiplicação de emissoras, garantindo mais pluralidade e diversidade na mídia brasileira, assim como pode aprofundar a já exagerada concentração dos meios de comunicação. A balança vem



NA MESA. Gustavo Gindre, Carlos Tannus (coordenador do Fórum de Ciência e Cultura), Ivana Bentes (diretora da ECO), Jandira Feghali e André Parente no debate sobre a implantação da TV digital no país

pendendo para este lado, no qual é fortíssimo o *lobby* tanto na imprensa quanto no Congresso. “Esse é o debate fundamental. Está em jogo a questão da democratização do sistema brasileiro”, ressaltava Jandira Feghali.

Jandira afirma que é necessário pressão para modificar a atual conjuntura se conseguir adiar a decisão sobre o sistema digital a ser adotado, e que essas pressões devem partir principalmente das universidades. “O ministro diz que estamos atrasados, e sob o argumento da melhor tecnologia já fez a escolha. O modelo japonês é o pior, é o que a Globo quer, e o ministro das Comunicações é o ventríloquo disso. Mas ainda há chance de pressionar para podermos estruturar um modelo de exploração e espaço de produção nosso. E as universidades brasileiras, que participaram desses estudos, têm seu papel político nesta questão.”

Pesquisas apontam caminhos

As pesquisas em andamento no país (muitas delas em universidades) revelam que o sistema brasileiro ideal deveria reunir elementos já “consagrados” em outros países e outros que precisam ser desenvolvidos nacionalmente. Um consórcio de 22 universidades e institutos nacionais se envolveu nessas pesquisas. “Não é importante o *chip* de Taiwan que teremos avanço tecnológico. O que está faltando ao Brasil é planejamento. E a pressa não vai mudar nada. Temos que fazer nossa escolha, diferente e coerente”, observa o professor do departamento de Telecomunicações da UERJ, Lisandro Louvisolo, que veio compor a mesa de debates. O central neste debate não está entre importar um padrão ou desenvolver um padrão exclusivo brasileiro, mas em encontrar o melhor sistema para o país”, diz ele.

Gustavo Gindre, outro debatedor, entender ser urgente retomar a discussão dentro do marco regulatório das comunicações e resgatar o papel do Comitê Gestor que define as políticas da TV digital dentro do Sistema Brasileiro de Televisão Digital (SBTVD). Para Gindre, a TV digital concentra duas potencialidades fundamentais para a democratização da comunicação: multiplicação de canais e interatividade.

de. “Você pode subverter o atual sistema em um nível que podemos dizer ser o início do fim da TV como conhecemos, isto é, concentrada e na mão de poucos grupos.”

SILÊNCIO NA MÍDIA – Nas poucas reportagens em que aborda o tema, a mídia brasileira trata dessa mudança de maneira limitada, como se ela representasse apenas uma melhoria da qualidade da imagem (a chamada alta definição). A mesma imprensa também procura reduzir o tema a uma escolha técnica, o que, na realidade, oculta o debate político em torno dessa mudança. O professor André Parente diz que a democratização da mídia é tão séria, que ele não acredita que ela possa ser feita sem se fazer uma reforma política que toque em oligopólios, em famílias (ACM, Jeiressati, Sarney etc.) e em grupos (Marinho, Abravanel etc.) que controlam e monopolizam a mídia. “Isso tem a ver com a TV digital que possibilita a interligação das mídias. Temos de ter um tipo de TV que possa repensar o espaço de outras mídias, outros atores, particularmente a produção do campo audiovisual.” Ele criticou a posição do ministro Hélio Costa, que desrespeitou completamente as bases já definidas para a criação do Sistema Brasileiro de Televisão Digital.



ANDRÉ PARENTE E LISANDRO LOUVISOLO. Críticas ao Ministério das Comunicações

Governo recuou

Fotos: Niko Júnior

A crise política acabou transformando o Ministério das Comunicações em balcão de negócios

O governo Lula inaugurou sua gestão na área das comunicações propondo o Sistema Brasileiro de Televisão Digital (SBTVD) por meio do Decreto 4.091/03, que criava as bases para o exercício da soberania nacional no momento de implantação do sistema. O decreto contemplou, além da preocupação com a radiodifusão, a atenção com os impactos da digitalização sobre a indústria, a balança comercial, a educação e a inclusão social. O objetivo foi o de também propor um espaço público para promover o debate com a sociedade civil – concretizado na figura do Comitê Consultivo do SBTVD (integrado por 23 entidades representativas da sociedade civil).

Mas esse rumo foi alterado pela crise que atingiu o governo em maio de 2005. Tal crise acabou conduzindo o senador Hélio Costa (PMDB-MG) ao Ministério das Comunicações, que transformou a pasta num balcão de negócios, para atender a interesses das grandes corporações de comunicação. Hélio Costa é defensor dos interesses da Globo. À frente do ministério, retomou a política de FHC para a introdução da tecnologia digital e vem defendendo a escolha do padrão japonês e uma digitalização restrita à televisão aberta, apesar dos avanços obtidos nas pesquisas para o SBTVD.

FÓRUM SE PRONUNCIA
– O Fórum Nacional pela Democratização da Comunica-



JANDIRA. “Está em jogo a democratização da mídia no país”



GINDRE. “Início do fim da TV como conhecemos”

ção (FNDC), que reúne mais de 120 entidades, defende o adiamento da decisão sobre a definição do modelo de sistema a ser utilizado e reivindica que o governo desencadeie uma política coordenada de ações para resolver as lacunas e as omissões até agora existentes sobre a questão, estabelecendo assim o prometido diálogo com a sociedade civil. Dentre os questionamentos levantados pela frente está o de que diversos países do mundo, entre eles a China, não têm prazo final para decidir qual será o modelo de sua televisão digital. No Japão, a transição iniciou-se há apenas dois anos. E os países da América Latina estão em compasso de espera. Outro questionamento é o de que o governo não promoveu uma campanha de esclarecimento público de abrangência nacional para informar à população o que está em jogo.

Consumidor perde com padrão digital japonês

Um sistema de TV digital é composto de quatro elementos: o padrão de modulação, o padrão de codificação, o “middleware” (o sistema operacional, seria como o Windows da TV digital) e a linha de retorno (como se dará a volta da interatividade). A escolha do governo brasileiro pelo padrão japonês poderá significar um custo maior para os telespectadores. Os conversores – aparelhos que serão usados para que as TVs (analógicas) que usamos hoje recebam sinais digitais – terão preço de venda maior.

Esses conversores custariam de hoje entre R\$ 276 e R\$ 761, de acordo com a complexidade, com ou sem interatividade, com ou sem canal de retorno, por exemplo. Além disso, são poucos os modelos de TV já disponíveis e realmente prontos para receber as imagens de alta definição – principal argumento das redes de TV – do propalado padrão japonês, aliás somente utilizado no Japão. Estas TVs custam a partir de R\$ 15 mil.

PRESSÃO – As atuais redes de TV prometem inaugurar as transmissões em 7 de

setembro, se o governo anunciar a opção pelo padrão japonês. A Globo articula um jogo da Seleção Brasileira. Pretende-se que antes da Copa ocorram transmissões experimentais, mais não na casa do telespectador. Mas a própria indústria não garante produzir conversores em escala suficiente para vendê-los, já em setembro, a preços competitivos.

Ainda há muita indefinição sobre muita coisa na implantação da TV digital no Brasil. O que existe de concreto até agora é que o governo caminha para um padrão que será mais caro para o consumidor, exclui as camadas populares que não terão como pagar pelo conversor ou a TV digital, e ainda “presenteará” as emissoras atuais com um canal adicional enquanto durar a transição para a transmissão digital, que pode durar de dez a quinze anos. Mais uma vez quem sairá ganhando são os empresários, que vão faturar rios de dinheiro num mercado que reúne mais de 90% da população brasileira.

De volta ao passado

Turma de 1956 da Anna Nery recebe inédita homenagem no seu jibileu de ouro

Fotos: Arquivo

A Escola de Enfermagem Anna Nery (EEAN) comemorou o jubileu de ouro (50 anos) da turma Anos Dourados. Em dois dias, 19 e 20, as 25 alunas das 42 que integravam a turma de 1956 – a maioria não se via há anos – foram alvo de homenagens, com a presença de professores, funcionários e estudantes. Além das homenagens, elas receberam a medalha Anna Nery e na sexta-feira o dia foi encerrado com um coquetel. Já no dia seguinte houve missa em ação de graças na Basílica da Imaculada Conceição e, logo após, foi realizado o almoço de confraternização em uma churrascaria na Praia de Botafogo.

Com o apoio da direção da EEAN, a festa foi organizada pela Associação de Ex-Alunas e pelo Núcleo de Pesquisa de História da Enfermagem Brasileira (Nuphebras). “Além da homenagem a uma importante turma da escola, nosso objetivo é proporcionar o encontro de gerações tão distintas”, diz Ieda de Alencar Barreira, ex-aluna da turma Anos Dourados e fundadora do Nuphebras.

Anos dourados

Fundada em 1923, a EEAN, primeira escola de enfermagem do Brasil, funcionava em regime de internato e só admitia mulheres. Segundo Ieda Barreira, a residência das alunas ficava no Morro da Viúva, em Botafogo, de onde saíam de ônibus até a escola, que fica na Praça Onze. Durante três anos as alunas estudavam em regime intensivo, disciplinar e de trabalho, e tiravam férias de 15 dias a cada ano. Grande parte das alunas saía do nordeste e centro-oeste do país.

“Cobríamos os três turnos no HESFA, de segunda a segunda, e tínhamos uma folga e meia por semana. Em retribuição, nos ofereciam resi-



VIAGEM NA HISTÓRIA. Em 1956, esse ônibus transportava as estudantes internas do dormitório do Morro da Viúva (foto abaixo) até à sede da escola, na Praça Onze (foto na extremidade da página, à direita)



dência, alimentação, uniforme, transporte e uma ajuda de custo. Isso permitiu que mulheres jovens do Brasil inteiro entrassem para a escola”, afirma Ieda, que entrou para a escola aos 16 anos.

Emancipação da mulher

De acordo com Ieda, as profissões femininas eram vistas como uma extensão do papel feminino no lar. Por isso, havia a idéia de que o curso de enfermagem seria o coroamento da mulher perfeita para se casar. Entretanto, considera que a década de 1950 foi um período de transição dessa mentalidade. “Muitas famílias faziam objeções, porque suas filhas trabalhariam com pessoas de diferentes níveis sociais e de sexo. Mas estudar na

EEAN em 1956, em pleno período de emancipação da mulher, representava a liberdade e a possibilidade de ascensão social. Muitas famílias eram sustentadas por sua filha enfermeira”, afirma.

Segundo a ex-aluna, com a reforma universitária de 1958 se instituiu o vestibular unificado para todas as unidades da antiga Universidade do Brasil, atual UFRJ. Por isso, a escola passou a admitir homens e o regime de internato foi banido. “As turmas que se formaram com o internato tiveram um maior vínculo afetivo com a escola, pois esta nos formou para a vida, deixando no nosso caráter a sua marca”, diz.



Mídia desmascarada

Jornais e tevês sempre apoiaram as agressões sofridas pela Petrobras ao longo da história

O histerismo estimulado pela mídia brasileira em relação à Bolívia depois que o governo deste país nacionalizou o petróleo e o gás não encontra respaldo em instituições historicamente vinculadas à defesa da Petrobras. A Associação de Engenheiros da Petrobras (Aepet), por exemplo, divulgou um documento em que defende a posição do governo boliviano e critica o comportamento hipócrita dos principais veículos de comunicação do Brasil.

No documento a Aepet afirma que, com a mesma autoridade que tem criticado o governo Lula na questão energética (leilões de áreas de petróleo e não investimento em energia renovável), no caso boliviano sustenta que a atitude do governo brasileiro está correta. Segundo a Aepet, há duas razões para essa exacerbação da grande mídia, orientada pelos interesses do capital financeiro internacional: "1 - 50% das ações da Petrobras estão em mãos de empresas americanas; 2 - os EUA não querem que lideranças latino-americanas se tornem paradigmas de nacionalismo e de defesa dos interesses do seu povo."

AGRESSÕES - Segundo o pronunciamento da Associação dos Engenheiros, todas as agressões cometidas contra a Petrobras e o país tiveram maciço apoio da mídia brasileira, "que também fez campanha insidiosa contra a empresa e o monopólio estatal do petróleo". A Aepet revela que durante 25 anos a Petrobras foi obrigada a importar petróleo a U\$ 25 por barril e vender a U\$ 14. "Nenhuma censura da mídia sobre isto. Agora ela se arvora em arauta defensora da Petrobras e do Brasil. Esta mesma mídia aplaudiu quando o governo Fernando Henrique vendeu 40% das ações da Petrobras, em seu poder, nos

Foto: Antonio Cruz



NO BRASIL. Antes de tomar posse, Morales esteve em Brasília, para participar de reunião com o presidente Lula

EUA, por cerca de R\$ 20 bilhões quando o valor real seria de cerca de U\$ 100 bilhões".

A Aepet denuncia também que a imprensa não fala sobre a mais recente ameaça que paira sobre a Petrobras e o país: o Projeto de Lei 226 que confisca os dutos de óleo e gás da Petrobras para entregá-los à Agência Nacional de Petróleo (ANP). "Que os arrendará para as transnacionais e, certamente, transferirá boa parte do gasoduto Bolívia-Brasil para a Shell e British Gás proprietárias da Comgás, distribuidora de gás paulista, vendida pelo então genro de FHC, David Zilberstajn, por preços-doação praticados nas privatizações do governo FHC."

Evo Morales foi eleito pela esmagadora maioria do povo boliviano. É o primeiro presidente índio, segmento étnico que, apesar de ser maioria no país, sempre foi dominado pela elite descendente dos colonizadores espanhóis. A Bolívia é um dos países mais pobres do continente por conta da exploração privada de seus mananciais de gás, petróleo e cobre. Evo Morales quer mudar esta história.

Entenda o caso

O presidente Evo Morales anunciou a nacionalização dos hidrocarbonetos bolivianos no dia 1º de maio, exatamente ao se completarem 100 dias de seu governo, cumprindo a promessa feita aos 9 milhões de eleitores e sob a qual se elegeu com esmagadora vitória. Morales mandou o exército ocupar as refinarias e deu um prazo de 180 dias para que as multinacionais petrolíferas renegociem seus contratos de exploração e venda do gás e do petróleo boliviano.

Segundo o decreto presidencial, os novos contratos serão estabelecidos sobre a base de que a empresa estatal Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YFPB) terá o controle acionário de 50% mais 1 do setor de hidrocarbonetos.

Além da Petrobras, que corresponde a 15% do Produto Interno Bruto (PIB) do país, operam na Bolívia as petrolíferas Repsol YPF (Espanha e Argentina), British Gas e British Petroleum (Reino Unido), Total (França), Dong Wong (Coreia) e Canadian Energy. Antigamente, no início do processo de privatização, as empresas ficavam com 82% do faturamento e o Estado com o restante. Nessa época, executivos da empresa Repsol YPF (Espanha e Argentina) festejavam o fato de

que, para cada dólar investido na Bolívia, a empresa obtinha 10 de lucro.

"Acabou o saque de nossos recursos naturais por empresas estrangeiras", disse Morales, após ler o decreto. Outros dois governos bolivianos, em 1937 e 1969, tomaram medidas similares às de Morales, mas paulatinamente foram retrocedendo em favor das multinacionais. É longa a história de maracutaias que acompanha a privatização de recursos naturais do país (além do petróleo, ouro, prata e madeira), em benefício exclusivo de um punhado de prósperos bolivianos.

A Bolívia é o segundo país mais pobre do hemisfério, perdendo apenas para o Haiti. O que leva a maioria dos bolivianos a exigir a nacionalização é a aguda frustração com duas décadas de fracassadas políticas neoliberais impostas pelo Fundo Monetário Internacional, que vinculava a concessão de empréstimos desesperadamente necessários à privatização, à redução da dívida e ao afrouxamento das leis trabalhistas. Vinte anos depois, o boliviano médio está pior do que antes. As exportações diminuíram. Metade da população vive com menos de U\$ 2 por dia.

BARBÁRIE EM SÃO PAULO

O banho de sangue que envolveu São Paulo nos últimos dias, chocando o país, foi germinado como ovo da serpente em consequência de decisões que deixaram de ser tomadas por governos obedientes às elites conservadoras. A observação é do cientista político Izaac Martins, autor de trabalhos que vinculam a violência às desigualdades sociais no Brasil. De acordo com Martins, “somos vítimas de decisões que deixaram de ser tomadas para modernizar a nação”. Ele destaca entre elas a não realização de uma efetiva reforma agrária que transformou as grandes metrópoles em barris de pólvora.

De acordo com o cientista, é inconcebível que nas últimas três décadas o país tenha se transformado em aglomerados urbanos, abrigando contingentes de milhões de pessoas, boa parte delas excluídas do processo produtivo. Izaac Martins lembrou que, até o início da década de 70, a maioria da população brasileira vivia no campo. “Hoje, mais de 80% da população ocupa as cidades, num país incapaz de absorver mão-de-obra em crescimento constante, e vivendo um eterno ciclo de baixo crescimento.” De acordo com Izaac, a classe dominante brasileira é hipócrita, predadora, irresponsável, de olhos voltados fundamentalmente para o lucro a qualquer preço. “E o pior disso tudo”, disse o cientista, “são

os sucessivos governos que têm funcionado como correia de transmissão dos interesses dessa classe dominante, que exerce um cerco implacável quando governos com um pouquinho de sensibilidade social tentam se impor.”

COLAPSO NA SEGURANÇA – O advogado paulista e militante social Plínio de Aruda Sampaio afirmou que o desafio que o crime organizado lançou ao governo do estado de São Paulo é resultado do colapso de uma polí-

tica de segurança pública baseada apenas na repressão brutal. “Ela não funciona, por ser, acima de tudo, ineficiente. Não ataca as causas do problema, não é preventiva e não investe em inteligência policial”, sustenta. Segundo o advogado e também ex-deputado, a experiência concreta mostra que tão decisiva quanto a ação policial são investimentos em distribuição de renda, educação, lazer e participação popular. “Se medidas como essas não forem implantadas imediatamente, não é nenhum exagero

dizer que a instalação de um estado de caos social, muito maior do que o atual ataque do PCC em São Paulo, é apenas uma questão de tempo”, ele afirma.

Na opinião de Plínio de Aruda Sampaio – que tem sua formação política e intelectual ligada à Igreja progressista – a estratégia correta para deter a escalada do crime organizado não consiste apenas em dotar a polícia de armas mais poderosas e aumentar as penas das infrações criminais, mas, principalmente, em reestruturar de

cima abaixo todo o aparelho repressivo do Estado, substituindo primitivos métodos de coação adotados atualmente por métodos baseados nos recursos modernos da psicologia e em experimentos exitosos com a aplicação de penas mais humanas e mais eficazes. Segundo Plínio, essa revisão não pode deixar de abranger uma verdadeira devassa na vida dos integrantes dessas instituições, porque todos sabem que não há crime organizado sem conexões com altas autoridades do aparelho repressivo do Estado.

Plínio observa: “Mas nada disto terá efeito se a reestruturação do aparelho repressivo não for acompanhada por uma verdadeira reforma urbana, pois, como é conhecido de todos, a aglomeração de grande número de pessoas em habitações precárias, em espaços reduzidos e de vias de circulação estreita, favorece a logística do crime e dificulta a vigilância policial.” Para Plínio, a classe dominante não tem condições de fazer esse diagnóstico e, menos ainda, de tomar essas medidas porque isto implicaria cortar na própria carne. Na verdade, ela só consegue pensar em mais truculência contra a truculência dos bandidos quando, na verdade, o problema só poderá ser resolvido quando a sua própria truculência contra a população for detida.



A espiral da violência que atingiu o estado mais rico do país tem suas raízes no capitalismo selvagem da elite conservadora que, entre outras coisas, impediu até hoje uma verdadeira reforma agrária no Brasil